

ARTIGO

ENTRE PROTAGONISTAS E COADJUVANTES: ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CIVIS NO GOLPE DE 1964 E NA DITADURA NO BRASIL

MARTINA SPOHR

Doutora em História Social
Professora Adjunta da Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1461-5367>

RESUMO: O objetivo do artigo é o de contribuir para o debate acerca da participação civil no golpe de 1964 e na ditadura. A proposta é promover uma reflexão, com base nos balanços histográficos mais recentes, sobre a nomenclatura do golpe e do regime. O artigo será trabalhado a partir de três questões: o avanço das pesquisas sobre empresariado e classes trabalhadoras no golpe e na ditadura, seu impacto na qualificação da participação civil no processo e a conseqüente influência desses estudos na nomenclatura golpe e regime empresarial-militar, entendida como desdobramento dessa produção. Ao final, propusemos um recorte metodológico para subsidiar a interpretação dos protagonistas e dos coadjuvantes do processo, com o objetivo de complexificar a análise dos grupos que compuseram o cenário e justificar a escolha da adjetivação do golpe e do regime como empresarial-militar, passando a pensar a nomenclatura de forma estrutural e conceitual.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe empresarial-militar; Empresariado e ditadura; Historiografia do golpe de 1964.

AMIDST PROTAGONISTS AND SUPPORTING ACTORS: CONTEMPORARY APPROACHES TO CIVILIAN PARTICIPATION IN THE 1964 COUP AND DICTATORSHIP IN BRAZIL

ABSTRACT: The aim of the article is to contribute to the debate on civilian participation in the 1964 coup and dictatorship. The proposal is to promote a reflection, based on the most recent historiographical assessments, on the nomenclature of the coup and the regime. The article will be approached through three questions: the progress of research on the business community and working classes during the coup and dictatorship, its impact on qualifying civilian participation in the process, and the consequent influence of these studies on the nomenclature of the coup and the military-entrepreneurial regime, understood as a development of this production. In conclusion, we have proposed a methodological framework to support the interpretation of protagonists and supporting actors in the process, aiming to complexify the analysis of the groups that shaped the scenario and justify the choice of the coup and regime's characterization as military-entrepreneurial, shifting towards thinking about the nomenclature in a structural and conceptual manner.

KEYWORDS: Entrepreneurial-military coup; Entrepreneurial-military dictatorship; Historiography of the 1964 coup

Recebido em: 30/12/2023

Aprovado em: 27/02/2024

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p8-34>



Ao olhar para a produção historiográfica sobre a nomenclatura do golpe de 1964 e do subsequente regime alguns elementos chamam atenção dentro da temporalidade analítica do processo que completa em 2024 seus 60 anos. É fato que a efeméride suscita debates historiográficos e atualizações sobre o tema, movimentando a ciência histórica, e recolocando questões por vezes imageticamente resolvidas. A análise da História a partir de sua materialidade se faz com a mediação de cientistas de diferentes áreas das ciências humanas de maneira a movimentar seus dados e questionar padrões, buscando contribuir com o arcabouço de pesquisas a partir de novas – ou mesmo antigas – fontes, promovendo o debate e angariando elementos que visam aprofundar de maneira cada vez mais complexa a historicidade do período inaugurado em 1964. Avessos à ideia de história fluída, pensamos que o movimento científico historiográfico pressupõe a compreensão da materialidade histórica dos fatos como ponto de partida para interpretações e reinterpretações de temas e períodos históricos.

Partindo desse contexto, temos como objetivo promover uma reflexão, com base nos balanços historiográficos mais recentes, sobre o elemento civil do golpe e do regime, buscando subsidiar o diálogo sobre sua nomenclatura. A intenção deste artigo é a de levantar o debate de maneira propositiva, sugerindo uma forma de interpretação que não se pretende nem hegemônica nem versão final da História sobre o período, como pretensiosamente possa parecer. A questão que se coloca, especialmente nos últimos dez anos, é a atualização da interpretação do elemento civil no binômio civil-militar.

Pretendemos trabalhar com duas principais questões. A primeira diz respeito ao avanço das pesquisas – em quantidade e qualidade, empírica e teórica – sobre o empresariado e sobre as classes trabalhadoras no processo do golpe e na construção do regime¹ e sua influência no debate sobre o elemento civil do golpe e do regime. A segunda diz respeito mais objetivamente à nomenclatura do golpe e do regime e pode ser entendida

¹ A nosso ver, uma linha historiográfica se consolida no último decênio e é composta em grande parte pelos seguintes trabalhos: Bortone (2013, 2018); Brandão (2007, 2017); Brandão; Campos (2017, 2019); Brandão; Campos; Lemos (2020); Brasil (2020); Campos (2014a, 2014b, 2014c, 2018a, 2018b, 2020a, 2020b, 2022a, 2022b, 2023); Campos; Vasconcelos (2021); Campos; Costa; Silva (2022); Lemos (2014, 2018); Loureiro (2017); Magalhaes (2019); Marques (2020); Moraes (2019); Souza (2022); Spohr (2016; 2019; 2020a, 2020b);

como o desdobramento dessa produção. Ambas as frentes serão trabalhadas a partir dos mais recentes balanços historiográficos sobre o tema, tendo como escopo central os textos de Mattos (2015), Fico (2017), Joffily (2018) e Campos (2020).²

O recorte na escolha das fontes leva em consideração alguns elementos. O texto de Mattos vem sistematizar as críticas acerca da historiografia que tem como base analítica o sentido de classe do golpe de 1964, que subsidia a produção historiográfica mais recente sobre empresariado e ditadura. O texto de Fico, tanto por sua referência como historiador do tema quanto pela quantidade de pontos relevantes ao nosso debate, merece destaque. Em especial, indicamos a importância dada pelo autor à linha historiográfica de pesquisas sobre empresariado e ditadura – apesar de nomeá-las a partir de um rótulo teórico, com o qual não concordamos. O balanço de Joffily complementa de maneira assertiva a proposta de Fico, atualizando e contribuindo com alguns importantes pontos de vista. O texto de Campos atesta, através de substancial levantamento de publicações e pesquisas, a importância da linha historiográfica sobre empresariado e ditadura, e por essa razão compõe nosso quadro analítico.

Em comum, todos os textos trazem críticas às propostas de interpretação sobre o período consideradas hegemônicas até pelo menos início dos anos 2000 – seguidas de atualizações pouco substanciais nos últimos anos, feitas pelos mesmos autores. Podemos afirmar, olhando para esta produção, que as críticas às análises³ – presentes em todos os interlocutores selecionados, com abordagens mais ou menos aproximadas – vem se ampliando, ultrapassando os limites fundadores, identificados diretamente com os autores que hoje compõem a linha historiográfica de estudos sobre empresariado e ditadura. Por essas razões, trabalharemos com esses quatro textos-base como fonte.

Ao final, iremos propor um recorte metodológico para subsidiar a

² Selecionamos os autores que nos subsidiam de maneira mais relevante para o debate sobre o elemento civil no processo. Apesar de selecionarmos esses quatro textos como base de trabalho, os textos de Fico (2017) e Joffily (2018), pelo própria densidade e extensão dos mesmos, terão mais centralidade em nossa análise.

³ Nos referimos aqui especialmente aos debates e críticas sobre a participação de setores da sociedade no golpe, tema de nosso artigo. Porém, é possível encontrar outras semelhanças nas críticas fundadoras de Caio Navarro de Toledo (2004) e Demian Melo (2004) nos debates historiográficos mais atuais, como na questão da periodização do golpe e na interpretação analítica do papel da luta armada no processo.

interpretação dos protagonistas e dos coadjuvantes do golpe e do regime, com o objetivo de complexificar a análise dos grupos que compuseram o processo e justificar a escolha da adjetivação do golpe e do regime como empresarial-militar, passando a pensar a nomenclatura do golpe e do regime de forma estrutural e conceitual, e não apenas semântica.

O estado da questão

Começemos o debate por uma análise semântica inicial. A palavra civil tem a seguinte descrição no dicionário Michaelis: “substantivo masculino: Indivíduo que não é militar nem eclesiástico”. Para militar, o dicionário Aurélio define: substantivo masculino: soldado das Forças Armadas ou oficial que segue a carreira militar.” Em sua gênese semântica, a palavra civil vem diretamente atrelada ao elemento militar – civis são todos aqueles que não são militares ou eclesiásticos, de maneira simples e objetiva. Já a palavra militar tem definição objetiva e escopo próprios. Partindo dessa primeira provocação e da construção das análises historiográficas sobre o tema nos perguntamos até que ponto a nomenclatura do golpe e do regime tem uma característica semântica, em que medida a nomenclatura civil-militar é forjada apenas pela configuração social, reflexo imediato da existência da instituição militar – que os diferencia de “todo o resto”, os civis.

É claro que o debate semântico reduz imensamente a questão e por essa razão mesma foi colocado como uma provocação. Ao ler a produção historiográfica mais recente, não encontramos propostas metodológicas estruturais para categorizar a o papel assumido por civis no golpe e no regime, apesar da questão estar presente quando se trata da participação da sociedade no processo – sociedade essa que muitas vezes aparece como persona, de maneira reduzida e simplificada. A questão parece óbvia e bastante explorada pela bibliografia: civis estavam na conjuntura e conseqüentemente participaram do golpe e do regime. O que queremos apresentar como argumento aqui não é simplesmente demonstrar a existência de civis no processo, mas sim compreender as formas de participação, buscar entender a atividade de grupos diversos na construção do golpe e do regime. Algumas perguntas genéricas nos veem à mente: Como? Em que medida? Apoiaram? Deram suporte? Participaram

diretamente? Estavam na linha de frente? Quais as camadas analíticas podemos trazer para a interpretação do apoio, participação, suporte civil ao golpe? Quem eram os protagonistas? E quem eram os coadjuvantes?

Essas inquietações bateram à porta da produção historiográfica de maneira mais objetiva a partir da produção, que entendemos como marco crucial para o debate, das pesquisas sobre a participação do empresariado no golpe e no regime⁴ – tanto em sua participação direta no processo, quanto na repressão de trabalhadores dentro de empresas – com diversidade enorme de temas.

O panorama das pesquisas sobre empresariado e ditadura é muito bem apontado por Campos (2020) em seu balanço⁵ e pensamos não ser necessário sistematizar os dados já organizados em seu texto. Para esse espaço, indicamos dois elementos: a ideia de que estamos vendo a consolidação de uma linha historiográfica, que tem por base a interpretação do golpe como um golpe de classe e a consequente publicização de novas fontes através de pesquisas desenvolvidas a partir de 2020.

A linha historiográfica de estudos sobre empresariado e ditadura, na qual nos incluímos, se expandiu nos últimos dez anos com ampla produção de teses, dissertações e livros. Unido a isso, temos as pesquisas desenvolvidas por projetos financiados pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).⁶ Os projetos têm obtido regular sucesso na abertura de arquivos e demonstrado a responsabilidade de empresas na violação de direitos humanos, como perseguição, tortura e denúncia de trabalhadores.

Nesse contexto, nosso argumento é de que no momento dos 60 anos do golpe, a participação protagonista do empresariado – tanto na derrubada do regime quanto na construção de outro, com base em seus interesses

⁴ Em nossas pesquisas anteriores esse ponto sempre teve relevância. Nossa produção acadêmica sobre a participação do empresariado como protagonista do golpe e recente revisão de estudo anterior sobre alguns de seus coadjuvantes nos fizeram refletir sobre o tema em tela nesse artigo.

⁵ Fizemos um breve histórico dessa linha historiográfica em artigo recente. Temos um artigo aprovado para publicação sobre o tema.

⁶ Financiados pelo Ministério Público Federal com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Volkswagen do Brasil. As pesquisas selecionadas foram relacionadas às empresas: Aracruz, Cobrasma, Cia Docas de Santos, Companhia Siderúrgica Nacional, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobrás. Em 2023, por meio de outro TAC do MPF, outras três empresas passaram a ser investigadas: Belgo Mineira, Embraer e Mannesmann.

diretos – aparece de fato como um dos grandes temas de pesquisa. É importante pontuar que nem mesmo os pesquisadores que compõem esse grupo – aqui nos incluindo e à nossa produção até então – sistematizaram de maneira mais categórica o uso da terminologia empresarial-militar. Acreditamos que a nomenclatura do golpe e do regime é algo em disputa no campo da historiografia na atualidade. Campos aponta importante norte da nossa argumentação, afirmando que além do golpe, o regime também pode ser caracterizado como empresarial-militar:

Mais do que simplesmente um apoio, o empresariado – em particular o internacional e o associado ao capital estrangeiro, organizado no Ipes, no Ibad e envolvido com a ESG – participou ativamente da conquista do Estado em 1964, dando ao golpe um notório perfil de classe e criando as condições para a formação de uma ordem empresarial no Brasil pós-1964. Assim, essa classe social esteve presente de forma fundamental, associada aos oficiais militares e outros agentes sociais, no golpe de 1964 e nos governos que lhe deram sequência, permitindo-nos alcunhar o regime inaugurado a partir da tomada do Estado como uma ditadura empresarial-militar. [...] Na nossa concepção, também a ditadura se marcou por esse perfil empresarial-militar típico da tomada de poder ocorrida em 1964” (Campos, 2020, p. 29).

Concordamos com a análise de Campos nesse trecho. Porém, é importante contextualizar que, essa linha de pesquisa, tem como fundadora a pesquisa seminal de René Dreifuss (2006), que usa, de maneira menos sistemática, a nomenclatura golpe empresarial-militar para caracterizar a tomada do Estado em 1964. Menos sistemática a nosso ver por conta do próprio contexto historiográfico dos anos 1980, quando publica seu trabalho, no qual o tema sobre as responsabilidades de militares e civis era incipiente.

O problema, achamos, é a mera replicação do uso de um nome, sem de fato aprofundar a problemática que lhe cabe. Em trabalhos anteriores fizemos exatamente isso, replicando fórmulas prontas sem o devido mergulho analítico. Este incômodo, com ponto de partida pessoal e de chegada coletivo, os debates em sala de aula, em eventos recentes e em bancas com alunos suscitaram esse influxo reflexivo transformado na enunciação de ideias deste artigo, que deve ser entendido enquanto tal de maneira quase ensaística, gênero textual no qual sobrevoa a dúvida acadêmica e do qual tentarei me afastar cumprindo devidamente – ou tentando cumprir – os requisitos formais do campo de estudos da História. De pronto, vemos na maior parte das

pesquisas – e nos balanços historiográficos que traremos para essa conversa — , uma ausência da justificativa sobre a escolha da nomenclatura do golpe e do regime.

A obra de Dreifuss é tema de todos os debates que estamos analisando. Fico (2017) considera que esta linha historiográfica supervaloriza sua obra, apesar de reconhecer sua qualidade e importância. Segundo o autor: “[...] o principal problema da tese de Dreifuss é que ela não distingue a campanha de desestabilização patrocinada contra Goulart e a conspiração por sua derrubada, coisas completamente diferentes” (Fico, 2017, p. 12). Na verdade, a interpretação de Dreifuss pressupõe a ideia – com a qual concordamos e desenvolvemos de maneira mais detalhada em artigo recente⁷ – de que o processo de crise dos anos 1960 teve como objetivo a derrubada do regime – e não apenas desestabilizar Goulart ou conspirar pela sua deposição. Se coloca, aqui, como ponto relevante, a ideia de que a desestabilização de Goulart na verdade fez parte do processo de conspiração – esse desenvolvido de maneira pormenorizada por Dreifuss e pelos autores que o seguem na linha de pesquisa – e que a consecução final foi a mudança do regime político vigente no país, através de um golpe de classe.

O texto de Joffily (2018) relembra os aniversários do golpe de forma cronológica e seus debates de maneira bastante interessante, elencando como principais questões: o caráter do golpe, a natureza do regime, a relação da sociedade civil com a ditadura, o papel da luta armada e a periodização do regime. A autora segue o caminho das críticas anteriores dizendo que Dreifuss subestima o papel dos militares:

Na obra de Dreifuss, os militares aparecem como sócios menores em um esforço plural, do qual participam figuras públicas estadunidenses políticos de partidos tradicionais e governadores dos Estados mais estratégicos. A atuação militar é minimizada inclusive no golpe em si, que “não passou de um jogo de guerra em escala nacional [...] Em muitos aspectos, as milícias estaduais estavam muito melhor equipadas para a intervenção direta do que os próprios militares” (Joffily, p. 208-209).

A nosso ver, Dreifuss mostra o protagonismo de militares e empresários, destrinchando as associações de diferentes grupos na

⁷ Artigo aprovado para publicação.

construção do processo do golpe e não como sócios menores. É fato que ele não aprofunda o lado protagonista militar, este não é o escopo central de seu texto. Porém, encontramos em suas linhas importantes análises a respeito do elemento militar, principalmente no que diz respeito às suas relações com elementos civis. Devemos, cada vez mais, pensar na obra de Dreifuss como ponto de partida para pesquisas. De toda forma, é válido repensar seu texto em outros aspectos. Hoeveler e Melo (2014), em artigo sobre sua obra, analisam de forma bastante aprofundada suas propostas, com apontamentos relevantes sobre lacunas existentes em sua interpretação. Voltamos a destacar a relevância da obra de Dreifuss na construção da linha historiográfica sobre empresariado e ditadura. Deixando claro, porém, nossa compreensão de que é preciso ampliar e aprofundar as análises acerca do protagonismo militar⁸ no processo na chave em que estamos propondo.

Consideramos a conversa sobre o elemento de classe crucial para o entendimento da composição civil posta no debate em tela. Dreifuss funda a compreensão de que o golpe de 1964 teria sido um golpe de classe. A perspectiva, pouco elucidada por seus críticos, tem por base a ideia defendida nesse artigo: a de que, para deter o avanço da organização da classe trabalhadora e de suas bases políticas, elevadas a um grau cada vez maior de consciência, era preciso se estabelecer como protagonistas e condutores do processo de derrubada do regime. Através da ação organizada do empresariado representante do capital internacional e em conformação orgânica com os militares, temos um golpe de classe, um movimento contrarrevolucionário preventivo⁹ forjado em bases político-ideológicas comuns entre diversos setores sociais.

Mattos atualiza o debate sobre o caráter de classe do golpe em texto de 2015. Vai demonstrar de maneira cronológica a ideia de que 1964 foi um golpe de classe, voltando a importantes autores como Moniz Bandeira, Rui Mauro Marini, Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Francisco Weffort entre outros. Ao destacar a obra de Dreifuss, aponta a representação do grande capital como protagonistas, característica intimamente relacionada à compreensão de que 1964 foi um golpe de classe.

⁸ Importantes trabalhos sobre o protagonismo militar merecem destaque, como o livro de Maud Chirio (2012) e de João Roberto Martins Filho (1995).

⁹ A ideia de contrarrevolução preventiva é bastante explorada por Renato Lemos (2014).

Fico, ao falar da questão da natureza de classe do golpe, nos traz uma reflexão que serviu como ponto de partida para a ideia desse texto:

Entretanto, o que eu dizia, é que os críticos marxistas não parecem essencialmente incomodados com a não utilização do conceito de classe, mas com a ocultação do fato de que, em 1964, alguém foi derrotado. Por vezes, realmente, os autores criticados descuidam-se e falam genericamente de apoio da sociedade e não de apoio de parte da sociedade. Do ponto de vista empírico, isso é um erro; do ponto de vista cognitivo, relativamente irrelevante: o que define os eventos da história política não é a rede de apoios com que contam, mas os sujeitos históricos que os engendram (Fico, 2017, p. 34).

Fico segue dizendo que falar simplesmente em apoio é impreciso – o que concordamos. Mas diz: “Essa minha leitura, se traduzida para o marxismo, *mutatis mutandis*, se expressaria segundo a fórmula de ampla base social de um movimento golpista liderado pela burguesia” (Fico, 2017, p. 34). Nessas citações encontramos alguns detalhes a desenrolar. Devemos nos preocupar de maneira mais objetiva com as escolhas de palavras e conceitos. A questão do apoio não é vista como liderança burguesa pela historiografia mais recente e pela proposta que estamos aqui desenvolvendo. Talvez seja mesmo por conta da evolução do debate – estimulada, inclusive, pelo texto de Fico – que estejamos refletindo sobre como colocamos nossos pontos de inflexão e interpretação. O papel da burguesia, não de toda ela, mas de uma parte dela – especialmente àquela ligada ao capital internacional – foi a de protagonista do processo, remetendo ao uso da palavra empresarial no binômio empresarial-militar. O protagonismo pressupõe ações de liderança, mas não de maneira isolada como indica Fico. O protagonismo empresarial é compartilhado com os militares. A dinâmica é dupla, dialeticamente complementar. O golpe não teria sido possível sem a liderança e o protagonismo dividido por ambos.

Todos os demais grupos citados pelo autor – e por Dreifuss também – devem ser vistos como coadjuvantes do processo. Porém, é importante reconhecer a importância de um ator coadjuvante para qualquer processo de construção narrativa, seja ela com base na realidade material, seja com base na ficção. É o ator coadjuvante que serve de base de suporte, porém de maneira ativa. O golpe em 1964 foi um golpe de classe pois a realidade da materialidade histórica era a do aprofundamento da luta de classes. O golpe

foi contrarrevolucionário preventivo pois esse aprofundamento afetava diretamente o jovem capitalismo brasileiro e, especialmente, a sua exploração pelo grande capital internacional. O golpe se deu com protagonismo de grupos que tinham interesse em livrar o Estado brasileiro de qualquer chance de reformas progressistas que colocassem em xeque as finanças e a estabilidade dos investimentos estrangeiros,¹⁰ que estavam massivamente entrando em terras brasileiras, seja através de abertura de fábricas e filias, ou do investimento associado de capitais.

Fico reduz a análise dessa linha historiográfica dizendo que o golpe foi contra o trabalhismo – outro conceito complicado, mas que não iremos debater. O golpe não foi apenas contra. O golpe também foi a favor. A favor dos interesses de grupos dominantes da sociedade e da instituição militar em defesa de um projeto político de poder. Portanto, o objetivo não era apenas derrubar, mas sim construir. Construir um regime estável e alinhado ao capital internacional. Para que esse regime pudesse se consolidar, era preciso aumentar o nível de coerção como projeto político. Implementar um aparato repressivo que desse conta do saneamento dos opositores (os antagonistas) ao regime que se estabelece – liderado pelo protagonismo militar – e construísse as bases institucionais sólidas para a implementação e aprofundamento da dinâmica do capital – liderado pelo protagonismo empresarial.

O enfoque analítico sobre o empresariado não pressupõe alijar do debate o caráter militar da empreitada. Pelo contrário. As pesquisas recentes desenvolvidas com financiamento do CAAF, por exemplo, apontam para a criação de aparatos repressivos particulares dentro de empresas. A estrutura de coerção implementada dentro do Estado brasileiro durante a ditadura foi replicada em diversas frentes, seja no âmbito público, seja no privado. A garantia de construção do regime, a implementação de seu projeto político, dependia da criação de redes coercitivas montadas a partir da ideologia militar inerente ao projeto de dominação, com base nas Doutrinas de Segurança Nacional e de Guerra Revolucionária.¹¹ Toda a ideologia da caserna,

¹⁰ Trabalhamos com estas questões em estudo anterior.

¹¹ Não debateremos tais doutrinas nesse espaço. Sobre a Doutrina de Guerra Revolucionária ver Rodrigo Nabuco de Araújo (2008; 2011). Sobre a Doutrina de Segurança Nacional temos uma ampla gama de trabalhos, mas indicamos para estudo inicial o livro de Maria Helena Moreira Alves (2005).

sua estrutura coercitiva, o desenvolvimento do aparato repressivo foi viabilizado pelos protagonistas militares da conjuntura e, portanto, devem ser analisados enquanto tal.

Como exemplo da militarização e de sua importância protagonista, destacamos trecho do trabalho de Campos e Brandão (2023) em recente artigo publicado, sobre a construção da usina de Itaipu:

A obra era altamente militarizada, com generais brasileiros presidindo a companhia. Questões trabalhistas eram tratadas como assunto de segurança nacional. Funcionários/as de Itaipu chegaram a ser demitidos/as com alegação de que representavam “risco à segurança nacional” e constituiriam “infiltração comunista” nos quadros da empresa, em processos que correm na justiça até os dias atuais. É o caso de Sônia Castanheira, demitida da empresa em 1977 e readmitida em 2017 na empresa por decisão judicial (Brandão; Campos, 2023, p. 16).

Além de subsidiar a estrutura repressiva dentro de empresas, o protagonismo militar teve importante papel na conjuntura na gestão do Executivo, pautando ideologicamente a estruturação do arcabouço jurídico e legal em diferentes frentes, estabelecendo acordos negociados com o empresariado. Elaine Bortone (2023), em pesquisa sobre a Companhia Docas de Santos (CDS), demonstra de maneira complementar ao trabalho de Campos e Brandão como a gestão do Estado estava sendo compartilhada entre militares e empresários. A promulgação do conjunto de leis que incidia sobre os direitos trabalhistas – como o decreto nº 54.018 de julho de 1964, que estabelece nova política salarial para empresas privadas subvencionadas pela União (caso da CDS) – promoveu profunda mudança na empresa ocasionando graves violações dos direitos dos trabalhadores:

Em junho de 1965, a CDS cortou o regime de 36h de trabalho que vigorava desde 1962. Suprimiu jornadas de 6h e aboliu férias de trinta dias, adicional por tempo de serviço, salário chuva, licença prêmio, produção por cubagens, complementação de aposentadorias e pagamentos das jornadas dominicais. O Sindicato dos Arrumadores de Santos foi posto sob intervenção, fechado e diretores dos estivadores, conferentes de carga e descarga e de consertadores foram monitorados, perseguidos, presos e torturados (Bortone, 2023, p. 128).

Na sequência, Bortone faz um panorama no qual demonstra de maneira objetiva a influência do empresariado, especialmente de Candido

Guinle de Paula Machado, dono da CDS, na alteração da legislação em favor de seus negócios e em detrimento dos trabalhadores, retirando seus direitos. Com esses exemplos, queremos indicar aqui a importância de interpretar com base em categorias analíticas os grupos que estavam movimentando as bases do golpe e subsequentemente construíram o regime inaugurado em 1964.

Para de fato entender apoios, suportes, protagonismo, participação direta, contexto ou qualquer elemento de participação civil no golpe, é preciso elucidar sua articulação. Muitos textos de balanço historiográfico¹² exploraram fortemente alguns elementos que iremos destacar e, portanto, não vemos como necessário repetir argumentações bastante fundamentadas por uma produção que vem se consolidando como campo. Temas como a paridade de responsabilidade entre esquerda e direita, a tese dos dois golpes em curso, e a ideia de que a luta armada e sua história não passaram de um mito foram bastante criticadas por Melo (2014), referência na qual nos apoiamos para subsidiar o debate. Fico (2017) e Joffily (2018) absorvem parte dessas críticas, apesar de discordarem em alguns aspectos.

De pronto, consideramos como crucial para interpretar a posição desses grupos alguns elementos. O primeiro deles é buscar entender o elemento civil do golpe a partir da ideia de que tivemos diferentes formas de ação e de grupos socialmente heterogêneos. Neste ponto é importante pensar na ideia de apoio. A perspectiva de que civis e militares “apoiaram”¹³ o golpe deve ser complexificada. Na maior parte dos trabalhos, encontramos a ideia de “apoio” de setores da sociedade civil ao golpe. Sugerimos que se passe a interpretar em mais camadas o dito “apoio” ao processo do golpe e à posterior instalação do regime. Excluimos, portanto, qualquer espécie de interpretação de passividade como elemento de composição da base civil do golpe, seja ele de origem protagonista ou coadjuvante. Quando fala da questão do apoio, Fico destaca:

A questão do apoio, diga-se de passagem, não está isenta de controvérsias, pois ainda é preciso melhor considerar evidências empíricas como as pesquisas de opinião pública que dão forte respaldo a João Goulart e, convenhamos, são dados tão ou mais eloquentes do que o apoio ao golpe de entidades como a OAB ou das Marchas da

¹² Nos referimos especialmente às coletâneas de textos produzidos por ocasião dos 50 anos do golpe em 2014, sendo as principais Mattos (2014a; 2014b); Ferreira (2014), Melo (2014), Reis (2014).

¹³ Nesse ponto utilizamos a palavra “apoio” entre aspas propositalmente. O objetivo é de fato problematizar o uso da palavra apoio no contexto do golpe.

Família, com Deus, pela Liberdade, que, apesar de numerosas, também foram estimuladas pela rede altamente capilarizada da Igreja católica, tendo o seu quê de manipulação (Fico, 2017, p. 3).

Concordamos com a necessidade de mais evidências empíricas para ponderar a questão do apoio de setores ao golpe, mas não pensamos que pesquisas de opinião seriam a melhor aposta. Devemos avaliar de maneira mais acurada os setores e movimentos citados por Fico. Em seguida, o autor afirma: “O apoio dos militares – nesse caso absolutamente decisivo – não retira a natureza civil daquele regime” (Fico, 2017, p. 52). Nesse ponto estamos de acordo, mas discordamos da ideia de “apoio” dos militares. Os militares, assim como os empresários, foram protagonistas, devemos encará-los como condutores, gestores, líderes do processo e não apenas como apoio ou suporte. Fico cita Virginia Fontes e a rebate: “A historiadora marxista Virginia Fontes reforça a opção de Dreifuss com a expressão “ditadura empresarial-militar” e alguns autores preferem deixar como está, chamando a ditadura de militar” (Fico, 2017, p. 53). E fecha dizendo:

O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjectiva-lo em ressalva (“foi militar, mas também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares (Fico, 2017, p. 53).

Esse talvez seja o trecho de maior importância para o desenvolvimento de nosso argumento. Consideramos, assim como Fontes e Campos, o regime (e o golpe) como empresarial-militar. Entendemos, também, ser de extrema relevância a adjectivação tanto do golpe, quanto do regime. Não de maneira semântica, mas de forma conceitual. O uso do termo empresarial-militar não reduz a responsabilidade de militares pois ele implica em participação de mesmo status, em nossa argumentação, de protagonistas. Unido a isso, temos a proposta de construção efetiva de um projeto político de regime, de fato implementado, como as pesquisas da linha historiográfica sobre empresariado e ditadura tem mostrado.

Sobre a participação de civis no processo, Joffily pensa que os anos 2010 são representativos nos estudos sobre a definição de quais grupos sociais e quais graus de colaboração, acomodação e resistência podemos encontrar

nesse contexto e fecha com interessante reflexão sobre o tema:

Esse debate, cuja longevidade impressiona, tende a ser retomado em um contexto em que o golpe contra os anseios reformistas populares ocorreu novamente, em 2016, por meio de uma aliança entre Congresso, a grande mídia, empresários e o Judiciário, porém sem participação dos militares. Essa diferença poderá trazer pistas para refletir sobre o peso do fator militar na configuração do período 1964-1985 (Joffily, p. 242).

Acreditamos que a longevidade do tema se dá justamente pelas razões conjunturais do movimento historiográfico e corroboramos a perspectiva de Joffily e Campos pensando na chave da ampliação do escopo de fontes disponíveis, bem como na produção de novos trabalhos baseados na importância estrutural de entendimento da participação de civis e militares no processo do golpe em 1964, na construção do regime subsequente e suas consequências na conjuntura brasileira atual.

Joffily aprofunda pontos relacionados à participação de civis no processo do golpe e do regime ao longo de seu balanço. Contextualiza a Comissão Nacional da Verdade, pontuando as ações contra militares promovidas por esse contexto, problematizando a CNV de seu início à entrega do relatório final. Campos (2020) traz a CNV como ponto de inflexão para os estudos sobre empresariado e ditadura. Concordamos com ambos autores nas questões críticas à CNV e consideramos a importância de sua existência, principalmente no que diz respeito ao estímulo de pesquisas na linha historiográfica na qual estamos nos debruçando nesse artigo. No relatório final da CNV, em seu volume dois com eixos temáticos, temos um capítulo sobre empresas e outro sobre trabalhadores, escrito por muitos autores que compõem o grupo de pesquisadores desta linha. A relevância de tais capítulos é muito mais simbólica do que de conteúdo, na medida em que publiciza e marca a importância do tema no debate público.

Outro mérito da análise de Joffily está no fato de que ao longo de seu artigo, as conjunturas políticas posteriores aparecem como elemento central – especialmente a conjuntura de 2018, ano de publicação de seu texto e de vitória das forças de extrema-direita no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022) – colocando sempre em tela a responsabilidade social da produção historiográfica sobre o período da ditadura, ponto polêmico e com

o qual concordamos com a autora. A chancela da academia a certos discursos e propostas analíticas influenciou diretamente a conjuntura, como Joffily destaca:

Assim, na década de 2010 vivemos uma configuração política que ecoa traços da experiência vivida nos anos 1960: diante do crescimento das forças de esquerda, o conservadorismo brasileiro mostra seus dentes. Discursos da extrema-direita antes recolhidos a determinados nichos, passaram a expandir sua área de atuação difundindo o mote moralista da anticorrupção, o conservadorismo católico – incrementando com enorme crescimento das igrejas evangélicas – e a defesa das Forças Armadas como instituição capaz de reconduzir a política aos seus trilhos (Joffily, 2018, p. 235).

A importância da compreensão do posicionamento de civis e militares ao longo do processo inaugurado em 1964 e a responsabilidade social do historiador frente à construção de análises e interpretações sobre o período é crucial para conduzirmos os debates conjunturais. Compreender a dinâmica social da participação civil no golpe e na ditadura faz parte do compromisso social dos cientistas da história.

A periodização do golpe e o elemento civil

A periodização da ditadura é mais um dos temas chave em disputa na efeméride dos 60 anos. Nos balanços trabalhados nesse artigo, os autores indicam as propostas de periodização. Joffily não define diretamente como interpreta a periodização, mas critica a proposta de Aarão Reis, que define o fim do regime no ano de 1979 e parece indicar o ano de 1988 como fim: “O segundo ponto é que a argumentação de Aarão Reis seria consideravelmente mais convincente, para quem adota a perspectiva da ‘ditadura civil-militar’, caso a proposta fosse não abreviar o período, mas usar como marco final o ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição” (Joffily, 2018, p. 238).

A autora (2018) critica as posições hegemônicas¹⁴ seguindo na linha de Campos, Mattos e Fico. Cita de maneira muito pontual a proposta de Lemos, mas nos leva a crer que sua sugestão de periodização inclui o debate da linha historiográfica sobre empresariado e ditadura. Joffily considera, assim como

¹⁴ Nos referimos aqui especialmente às propostas de Daniel Aarão Reis e Marco Antonio Villa, com propostas que abreviam o interregno do regime. Ambas foram bastante debatidas por Carlos Fico e Mariana Joffily em seus balanços, trabalhados nesse artigo.

Fico, este grupo a partir da rotulação teórica. Porém, é importante que estejamos presentes em mais um importante balanço historiográfico sendo reconhecidos enquanto tal.

O segundo ponto é que a argumentação de Aarão Reis seria consideravelmente mais convincente, para quem adota a perspectiva da “ditadura civil-militar”, caso a proposta fosse não abreviar o período, mas usar como marco final o ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição (Joffily, 2018, p. 238).

Aqui temos uma importante indicação sobre a disputa que estamos vendo acerca da periodização do regime unida à questão do elemento civil de maneira qualificada, pensando na chave de mudança de regime para aludir ao fim do período.

A proposta de periodização de Fico (2017) desconsidera a questão do protagonismo e subsidia sua justificativa de que o regime foi militar, e não empresarial-militar. “Entre 1964 e 1985, enquanto os generais estiveram no poder, sempre foi potencialmente possível reativar a revolução, porque os militares – como é óbvio – controlavam as armas. Por essa razão, pode-se designar o período como ditadura militar” (Fico, 2017, p. 59). Podemos concordar em parte – de fato o controle sobre as armas e sobre o aparato repressivo configurava e sustentava o “lado” militar do binômio. O problema da análise é justamente relegar a segundo plano a outra parcela protagonista, que assumiu postos do Estado, que modificou o regime através de reformas, leis, projetos de leis, eleições de representantes no Legislativo controlado, do Judiciário reformado e disponível para a consecução de seus objetivos, muitos deles ocupados pelos próprios empresários ou por seus representantes.

Nenhum dos dois balanços leva em consideração a proposta de Lemos (2014). O autor movimentava a tese braudeliana de maneira certa e muito qualificada. Para compreender a periodização do regime instaurado em 1964, debate a formação do Estado brasileiro pensado a periodização de longa duração na chave de entendimento dos marcos de seu desenvolvimento. Sendo assim, a marca do tempo longo, o tempo das estruturas, estaria entre 1914 e 1989. A Primeira Guerra Mundial, segundo Lemos, pode ser considerada como um marco na história brasileira do ponto de vista das estruturas econômicas.

O autor vai qualificar o elemento contextual para entrar na sua

periodização de média duração, debatendo indiretamente – ou diretamente dependendo do ponto de vista – as perspectivas revisionistas da teoria de que havia em curso a possibilidade de um golpe à direita ou à esquerda e a consequente ideia de apoio da sociedade (em 1964 e na construção do regime) de maneira rasa e desqualificada. Lemos vai propor a compreensão de que o golpe teve caráter contrarrevolucionário preventivo:

Contrarrevolucionário, não porque percebesse em seu horizonte uma efetiva ameaça revolucionária, mas porque, em todo o período, várias experiências históricas indicaram que o seu permanente estado de desunião belicosa constituía um elemento necessário, ainda que não suficiente, para configurar-se uma situação revolucionária. Preventivo, porque era preciso evitar o surgimento de elementos que, articulando-se com os necessários, formassem um conjunto suficiente para configuração de uma situação revolucionária (Lemos, 2014, p. 119).

A proposta de periodização de Lemos (2014) considera que o regime se inicia em 1964 com o golpe e termina em 1988, com a promulgação da Constituição de 1988. Optamos por explicar a proposta de periodização de Lemos de maneira pormenorizada pois entendemos esta como a melhor opção para se pensar na dinâmica do golpe e do regime como empresarial-militar.

Sendo assim, Lemos indica que a primeira fase se caracteriza por um regime de terrorismo de Estado, visando derrotar o movimento de massas, o nacionalismo civil e militar, o comunismo e o populismo, utilizando o aparato repressivo estatal apoiado por mecanismos democráticos como a Constituição (de 1946 e depois a de 1967), a Doutrina de Segurança Nacional e a nova Lei de Segurança Nacional (alterada em 1967). Paralelamente, foram mantidos canais de negociação com setores da oposição para legitimar a aparência democrática do regime.

Partindo de características mais amplas, Lemos identifica duas subfases neste período, a primeira ocorrendo entre 1964-1968. Durante esse intervalo, o Estado é reestruturado para implementar a contrarrevolução terrorista, instrumentalizando órgãos de repressão preexistentes e fortalecendo o poder estatal através de atos institucionais, controle sobre Legislativo e Judiciário, restrições sindicais, políticas monetaristas de arrocho salarial e creditício, estímulo ao capital estrangeiro, e a centralização de capitais por meio do FGTS, enfraquecendo a organização sindical.

Durante a segunda subfase, de 1968 a 1974, identificada como o ápice do regime por Lemos, destaca-se a consolidação do aparato repressivo com a implementação do AI-5. Contrariamente à ideia de um regime que se fecha em 1968, Lemos enxerga esse período como uma etapa de aprimoramento da estrutura repressiva estabelecida desde 1964. O AI-5 marca o início do aprofundamento dessa estrutura, acompanhado pela criação da Operação Bandeirante (OBAN), do DOI-CODI, dos Atos Institucionais 13 e 14, da nova Lei de Segurança Nacional, da Emenda Constitucional nº1 de 1969 e dos decretos-lei 1001 e 1002 que modificam os códigos penal militar e do processo penal militar, além da organização judiciária militar. Nesse período, Lemos argumenta que a conquista política crucial foi a derrota das oposições extrasistêmicas. No aspecto econômico, a principal meta é alcançada por meio de índices de crescimento real expressivos e uma política social vinculada ao desenvolvimento econômico, mesmo diante do aumento da concentração de renda e da redução dos investimentos em educação e saúde.

Após atingir as metas estabelecidas, Lemos explana a segunda fase do regime, de 1974 a 1989, com a primeira subfase (1974-1978) focada na busca da dominação de classes por meio de um regime democrático restrito, reconfigurando a dinâmica política com uma equação coerção-negação. O objetivo estratégico é formar um centro político conservador nacional, buscando suporte e legitimidade ao adotar medidas favoráveis às frações liberais democráticas da oposição, como o reconhecimento da vitória do MDB nas eleições de 1974, a suspensão progressiva da censura, o apoio aos movimentos sociais pela anistia e o ressurgimento do movimento estudantil organizado.

Na segunda subfase (1979-1989), que consolida a transição controlada, Lemos destaca eventos como a aprovação da nova Lei de Segurança Nacional, que reduziu penas e levou à soltura de presos políticos, enfraquecendo os movimentos pela anistia. A Emenda Constitucional nº 11 revogou atos institucionais, extinguiu penas extremas e estabeleceu regras para partidos políticos. Apesar disso, foram criadas "medidas de emergência" e "salvaguardas" estatais. A anistia parcial e condicionada, marcada por "crimes conexos", ocorreu em 1979. Lemos interpreta a extinção do bipartidarismo como tática para fragmentar a oposição, e a fundação do PT como inesperada. Destaca as eleições de 1982 e a vitória de governadores opositores, incluindo

Leonel Brizola (PDT), como influências conservadoras na transição. Movimentos como as Diretas Já e a criação da Frente Liberal em 1984 são reconhecidos, mas Lemos argumenta que não influenciaram diretamente a transição controlada. A eleição indireta de Tancredo Neves, sua morte e a sucessão por José Sarney são mencionadas como marcos subsequentes, enfatizando o compromisso de Sarney com a agenda da transição controlada e a continuidade da tutela militar. O regime foi consolidado em 1989, mas a Constituição de 1988 é considerada um marco crucial nessa periodização.

Do ponto de vista defendido nesse texto, a consumação formal da meta estratégica do processo contrarrevolucionário que teve no golpe de 1964 seu ponto de virada deu-se com a Constituição de 1988, que significou a pactuação de outro regime, sob a direção dos representantes políticos das classes dominantes (Lemos, 2014, p. 135).

A Carta de 1988 reforça os poderes do Executivo através da criação da medida provisória. Lemos destaca os traços contrarrevolucionários preventivos do regime democrático brasileiro, balizado no documento e conclui:

Em contrapartida, partes majoritárias da riqueza nacional têm sido empregadas na satisfação dos interesses do setor financeiro do capital que, ao longo da ditadura e do processo de transição, se tornou elemento dirigente do regime, enquanto a fração industrial ligada à produção de bens de consumo duráveis aponta o horizonte ideológico da integração baseada em uma concepção bem particular de felicidade: o modo brasileiro de viver, versão dependente e periférica do *american way of life*, que, praticamente, organiza a vida de amplas camadas sociais em torno do consumo de suas mercadorias via endividamento pessoal, contribuindo para consolidação da ordem social e favorecendo a reprodução do capital em geral (Lemos, 2014: p. 136, grifos meus).

Seguimos esta interpretação pensando na chave da mudança de regime – no qual novas regras constitucionais reorganizam o Estado em novas bases. A nosso ver, a eleição indireta de um civil não modifica as bases do regime¹⁵ e não justifica seu fim. Sendo assim, tivemos um golpe empresarial-

¹⁵ A escolha dessa periodicidade, indicada aqui de maneira bastante resumida, tem por base a proposta bem mais completa e complexa de Lemos (2014), com a qual concordamos e adotamos em nossos trabalhos. Nosso objetivo aqui era somente pontuar nossa posição, sem aprofundar a questão.

militar em 1964 e um regime empresarial-militar que durou de 1964 a 1988. Para chegar às indicações que fizemos até aqui, buscamos entender melhor, de maneira a criar categorias analíticas, o elemento civil.

Qualificando a análise do elemento civil

Começamos pensando sobre o protagonismo. Na produção de textos literários, teatrais e na produção audiovisual encontramos sempre três construções de personagens: protagonistas, antagonistas e coadjuvantes (ou personagens secundários). Do grego *protagonistés*, a palavra semanticamente – mais uma vez recorreremos a etimologia das palavras para pensar em transformá-las em categorias – carrega a ideia de centralidade na trama ficcional. As primeiras definições sobre seu uso enquanto conceito literário se localiza no teatro grego, que conduziu a palavra à conceito no contexto helenístico, principalmente. Elementarmente, a ideia de protagonismo traz mais características de heroísmo – ou anti-heroísmo dependendo da narrativa. Já a palavra antagonista (*antagonistés*) também de origem grega, compõem o contraponto, a oposição ao protagonista. Os coadjuvantes – ou personagens secundários – não possuem centralidade na narrativa. Participam da ação, desempenhando papéis de suporte. A partir da origem semântica e teórica de outras áreas como a psicologia e as artes propomos a mensuração e o desenvolvimento de uma proposta que eleve tais palavras à categorias aplicáveis à realidade material do processo de construção do golpe em 1964.

Nesse aspecto, indicamos a existência de grupos destacadamente ativos no processo. Identificamos, nessa seara, representantes do capital, principalmente do capital internacional e associado – o empresariado – e os militares, essencialmente os setores identificados e defensores do *modus operandi* do capitalismo internacional. Desta forma, a categoria de protagonistas dentro do escopo de análise do processo histórico em tela, é formado por esses elementos. Em comum, a união de interesses conjunturais no momento de crise de regime e a construção de um projeto político de sociedade conscientemente articulado entre tais setores. São eles que vão compor o binômio empresarial-militar que dá nome ao golpe e ao regime, pois lideram o processo de tomada do Estado e posterior construção de um

novo regime.

Outra importante enunciação metodológica está na importância de compreensão do que estamos chamando de regime político.¹⁶ Estamos trabalhando com a ideia de que a organização social do Estado brasileiro está inserida no sistema capitalista. Esta é a primeira camada necessária para interpretar o contexto da participação dos protagonistas do golpe. A segunda camada está em compreender que o golpe foi contra o regime político. O esgotamento do pacto populista¹⁷ e a conjuntura de crise dos anos 1960 colocou em xeque o Estado democrático inaugurado com a Constituição de 1946. Os protagonistas do golpe implementaram, a partir de 1964, um novo regime político, baseado em novas regras, sob a órbita e alinhamento do sistema capitalista. A busca pela estabilidade econômica que lhes garantisse o sucesso de seus negócios – no lado empresarial – foi respaldada pelo aumento dos níveis de coerção do Estado – pelo lado militar – que assegurou seus objetivos. A estabilidade política era necessária para garantir os investimentos do capital. Sua garantia era o aumento da coerção, através do binômio protagonista.

Além do elemento protagonista, temos o que metodologicamente estamos definindo como participação ativa coadjuvante. Desta forma, utilizando a metáfora de produções artísticas teatrais e audiovisuais, podemos considerar esse grupo como coadjuvante, atores políticos secundários no cenário de crise, porém com importância fulcral para a construção da história, no nosso caso, para a tomada do Estado e construção do novo regime. Os elementos ativos fundados na sociedade civil, trabalhados por Dreifuss e outros autores, como a Igreja, os sindicatos, organizações de classe patronais e de trabalhadores, mulheres, imprensa, OAB e uma série de outros grupos entram nessa categoria. Trata-se, portanto, de analisar o processo em camadas e buscar suas interações, dinâmicas e importâncias conjunturais. Pesquisar e estudar os coadjuvantes do processo, em termos analíticos, está no mesmo patamar de importância do estudo de protagonistas.

Fechando a proposta metodológica sugerida aqui, temos os

¹⁶ Pretendemos fazer essa diferenciação de maneira metodológica e resumida para aplicar aos objetivos do artigo. Para mais subsídios sobre essa diferenciação ver os verbetes sistema político BOBBIO (2008: v.2, p.1163-1668), regime político BOBBIO (2008: v.2, p.1081-1084) e governo em BOBBIO (2008: v.1, p.553-555).

¹⁷ Para compreender a crise do pacto populista ver Dreifuss (2006).

antagonistas. Nessa categoria temos as camadas da oposição ao golpe e ao regime. É preciso evoluir nessa interpretação para que se possa compreender a dinâmica da complexidade do dito “apoio” – ou oposição — da sociedade ao golpe e ao regime. Pensando na perspectiva da análise material da história, devemos ter em mente que o movimento analítico é complexo. Não se trata de definir categorias estanques. Ao analisar protagonistas, precisamos olhar para coadjuvantes e antagonistas. Ao assistir uma produção audiovisual, vemos todos os elementos presentes na dinâmica da construção da narrativa. A interpretação integrada desses elementos é, talvez, o ponto de chegada que devemos ter em mente ao trabalhar essas nuances. Trata-se de uma análise contextual, para que se possa compreender a dinâmica de integração desses grupos, sua influência e seus movimentos no caminho de construção do golpe. Esse exercício pode ser desenvolvido com base na ampla historiografia sobre o tema e deve ser encarado como um desafio aos pesquisadores.

Nossa sugestão, como dito, é abstrata e metodológica. A ideia é subsidiar maneiras de, a partir de pesquisas empíricas, do levantamento de novas fontes, da releitura de antigos dados, construir as interrelações possíveis entre atores políticos presentes nas três categorias de interpretação de participação ativa sugeridas nesse artigo. Pensando nessa chave, fugimos da ideia rasa de “apoio” ou “suporte” e passamos a complexificar as camadas e as responsabilidades de cada grupo dentro da dinâmica do processo. Nossa conclusão, a partir desse mesmo exercício, feito a partir de debates e de nossa experiência de pesquisa, é a de que nesses 60 anos da efeméride de 1964 possamos refletir sobre as responsabilidades desses grupos e, principalmente, apontar continuidades e rupturas para compreender a dinâmica conjuntural brasileira atual.

Referências bibliográficas

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). São Paulo: EDUSC, 2005

ARAÚJO, R. N. de. **Guerra revolucionária**: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). In: D´ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; MATHIAS, S. K. (orgs.). Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas (I Encontro da ABED). Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 189-204.

ARAÚJO, R. N. de. **Conquête des esprits et le commerce des armes**. La diplomatie militaire française au Brésil, 1945-1974. Tese (Doutorado em História) – Université de Toulouse 2, Le Mirail, Toulouse (Fr), 2011.

BOBBIO, N. e outros. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2004. 2.v.

BORTONE, E. de A. A presença de empresários do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) nas empresas estatais federais: o caso do setor financeiro (1964-1967). In: Piccolo, M. (Org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo. Rupturas e Continuidades**. 1ed.São Luiz: Editora UEMA, 2016, v. 1, p. 73-101.

BORTONE, E. de A. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BORTONE, E. de A. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BORTONE, E. de A. As articulações da Companhia Docas de Santos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e na ditadura empresarial-militar (1964-1967), **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, vol. 77, pp. 112-134, 2023.

BRANDÃO, R. V. M. **ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)**. Texto apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.

BRANDÃO, R. V. M. **O Negócio do Século: o acordo de cooperação nuclear Brasil - Alemanha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. v. 1.

BRANDÃO, R. V. M.; CAMPOS, P. H. P.; (Org.) **Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BRANDÃO, R. V. da M.; CAMPOS, P. H. P. (org.). **Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BRANDÃO, R. V. da M.; CAMPOS, P. H. P.; LEMOS, R. L. do C. N. e (orgs.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRANDÃO, R. V. da M.; CAMPOS, P. H. P. A construção da usina hidrelétrica e Itaipu durante a ditadura: violações de direitos e favorecimento a grandes grupos econômicos. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, vol. 77, pp. 7-34, 2023.

CAMPOS, P. H. P.; VASCONCELOS, C. B. A aliança empresarial-militar e a ditadura brasileira: a atuação de empresários em escolas militares e de integrantes das forças armadas em companhias privadas durante o regime

pós-1964. **Brasiliana: Journal for Bazilian Studies**, v. 10, p. 200-220, 2021.

CAMPOS, P. H. P.; COSTA, A.; SILVA, M. A. de C. A Volkswagen e a ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. **Revista Brasileira De História** (Impresso), v. 42, p. 141-164, 2022.

CAMPOS, P. H. P. "**Estranhas Catedrais**": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014a.

CAMPOS, P. H. P. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. **Tensões Mundiais** (Impresso), v. 10, p. 103-123, 2014b.

CAMPOS, P. H. P. Empresários, ditadura e política externa brasileira. **Revista Continentes**, v. 4, p. 112-137, 2014c.

CAMPOS, P. H. P. Empresários e Estado no Brasil na transição da ditadura para a democracia: o caso dos empreiteiros de obras públicas. **Revista de História da Unisinos**, v. 22, p. 478-489, 2018a.

CAMPOS, P. H. P. Outras dimensões de 1968: o AI-5 enquanto instrumento de política econômica. **Revista Ars Histórica**, v. 17, p. 1-17, 2018b.

CAMPOS, P. H. P. **Empresariado e ditadura no Brasil**: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés*, v. 3, p. 15-42, 2020a.

CAMPOS, P. H. P. O empresariado, Defim Netto e a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Continentes**, v. 9, p. 227-255, 2020b.

CAMPOS, P. H. P. **O Voo do Ícaro**: a internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial-militar (1968-1988). 1. ed. Jundiá: Paco, 2022a.

CAMPOS, P. H. P. A diplomacia das empreiteiras: o apoio do Itamaraty à internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial-militar. **Revista del CESLA**, v. 28, p. 55-74, 2022b.

CAMPOS, P. H. P. Empresas e ditadura, o outro lado: Os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: O caso das empreiteiras. **Varia Historia**, v. 39, p. 1-34, 2023.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CRUZ, S. V. e. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Acesso em: 28 dez. 2023.

DREIFUSS, R. **1964, A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

FERREIRA, J.; GOMES, A. de C. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017.

JOFFILY, M. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, 2018.

LEMOS, R. L. do C. N. e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**. v.2, n.2, jan/jul 2014, p. 111-138.

LEMOS, R. L. do C. N. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LOUREIRO, F. P. **Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse**: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. São Paulo: Edunesp, 2017.

MATTOS, M. B.; VEGA, R. (orgs.) **Trabalhadores e Ditaduras**: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014a.

MATTOS, M. B. As bases teóricas do revisionismo - o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, D. B. de (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b. p. 67-98

MATTOS, M. B. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **1964**: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas durante a ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MELO, D. B. de (org). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, D. B. de; SENA Jr., C. Z. de; CALIL, G. G. (org.). **Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MELO, D. B. de; HOVELER, R. C. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 13-43, 2000

MORAES, A. C. R. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SPOHR, M. **Páginas Golpistas**: anticomunismo e democracia no projeto editorial do Ipes (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Niterói: UFF, 2010.

SPOHR, M. **American Way of Business**: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964. 2016. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SPOHR, M. American Way of Business: empresariado e contrarrevolução preventiva no caminho do golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil. *In: **A contribuição do pensamento latino-americano**: resistir e mudar a realidade do lado de cá*. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 155-170.

SPOHR, M. A Aliança para o Progresso e o empresariado brasileiro na crise dos anos 1960. *In: **Empresariado e Ditadura no Brasil***. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020a, v.1, p. 329-349.

SPOHR, M. **American way of Business**. Curitiba: Appris, 2020b.

SPOHR, M. Contrarrevolução preventiva, “diplomacia privada empresarial” e expansão de capital: o caso do International Executive Service Corps (IESC). **Tempos Históricos (Edunioeste)**, 2023.

SOUZA, J. D. O. de. **O empresariado e a ditadura militar (1964-1985) – Aliança Agrária na Amazônia**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TOLEDO, C. N. **1964**: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n.19, p. 27-48, 2004.

VASCONCELOS, C. B. de. Os tecnoempresários, a ESG e a ditadura brasileira. *In: LEMOS, R. L. do C. N. e; CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil***. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 211-223.

ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **1964**: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.